

ANO I * EDIÇÃO 01 * JULHO 2020

SCOS

& REFLEXOS

RESISTÊNCIA VIVA NA QUEBRADA

30 ANOS

DA CONVENÇÃO
INTERNACIONAL
SOBRE OS DIREITOS
DA CRIANÇA

*Retratos da
infância entre
faltas e potências*



**BLOCO
EURECA**

Como vocês se
atrevem? P. 08

**CONEXÃO
LATINIDADES**

Encontro regional
na Colombia P. 18

INFOGRÁFICO

Um raio-X
da quebrada
P. 20

**CRIANÇAS
INVISÍVEIS
ATÉ QUANDO?**

P. 23

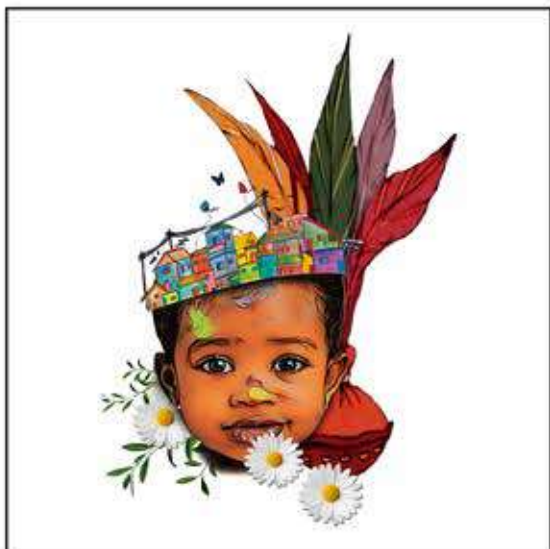
CORONA VÍRUS

e a rotina da periferia
P. 29

OLHAR-CONVITE

As inspirações para essa criação surgiram da compreensão sobre a energia e vitalidade do ser criança e da oportunidade de construir outras esperanças possíveis. "Pensei em criar algo leve, com verdade e ludicidade. Queria algo que abraçasse e transportasse as pessoas para esse universo que tanto acredito".

Somente através da escuta é possível entender que a infância é um processo onde se semeia e onde também se deixa florir.



ARIANE OLIVEIRA

Artista Visual

Colagista

INSTAGRAM

@aricolart

EDITORIAL

SOLUS FAMILIA

NÓS POR NÓS

"Você está entrando no mundo da informação, autoconhecimento, denúncia e diversão"

Na década de 90 o grupo de rap Racionais MC's começa com esta narrativa uma de suas músicas. O trecho descreve bem a proposta desta revista, que traz de maneira dinâmica, com a "linguagem das ruas", questões ligadas à área da infância.

Nesta edição traremos uma gama de informações acerca do território, dados e estudos sobre as violências e denúncias das atrocidades cometidas contra crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Teremos ainda, discussões sobre toda potência e possibilidade de emancipação, no sentido libertador da palavra. Descrevendo boas práticas no território, mapeamento de espaços de cultura e produções artísticas.

Esta é uma revista jovem e periférica, mas isto somente não nos define. Não queremos apenas que a informação chegue com qualidade para os nossos/as, queremos que ela auxilie na formação, culminando na resignificação das relações de luta e pertencimento, pensando quem nos fortalece e quem nos atrasa o lado.

Recomendamos a leitura não porque hoje se tem visão romântica das produções feitas nas periferias, recomendamos porque todo conteúdo foi construído de maneira crítica, aprofundada na busca de se falar de maneira qualificada de nós para nós.

"Esse é o raio-X do Brasil. Seja bem vindo!"



Raifah Monteiro
Editor Chefe



DIANE EDUGE
Diagramadora e
Diretora Geral



ARIANE OLIVEIRA
Ilustradora e Diretora
de Arte



GAB TAVARES
Ilustradora



TAINARA RIBEIRO
Fotógrafa



BRUNA VIEIRA
Designer



ANA MESQUITA
Gerente de Publicação



JESSICA FERREIRA
Conselheira Editorial



ESTELA RIBEIRO
Apoio Produção de
Conteúdo



BRUNA DA SILVA
Apoio Produção de
conteúdo

PUBLICAÇÃO

Mídia: Impressa (Brasil) e PDF traduzido para o espanhol (Colômbia e Nicarágua)

Número de páginas: 32 páginas

Papel: Capa: Couchê A; Miolo: Offset

Gramatura do papel: Capa 150 g/m²; Miolo: 90 g/m²

Formato Final: 202x266 mm

Lombada: Canoa, grampeada

É O QUE TEM PRO HOJE!



6 SOLTA A VOZ AÊ
Observatório Latino Americano



O-CORRE
Ações dos jovens



7 É DE LEI
LIBERDADE ACIMA DE TUDO,
EDUCAÇÃO ACIMA DE TODOS

8

10 Territórios Camaradas

11 ENTREVISTA
Educação Libertária -
EMEF Bartolomeu Campos
de Queirós

11



14

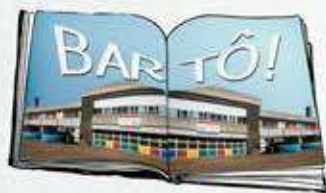
16 É POKAS
Aqui o papo é reto

16



PAULO FREIREANDO

Bloco Eureca



CAPA

Direitos para quem?

SANGUE LATINO

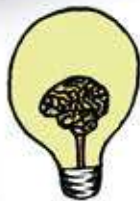
Uma só luta!



18

DA PONTE PRA CÁ

Um raio-X da quebrada



A "agenda perdida" da infância

PROFISA MEMO

20

22

É MUITA TRETA, VISH!

24

NÃO ADIANTA PASSAR PANO...

26

SÓ QUEM É

28

SEGURA O CHOQUE

30

29



Homenagem à guerreira Nazinha

Casos Emblemáticos

Manual de sobrevivência

SE CUIDA, MORÔ?

Corona vírus: Como a pandemia afeta a rotina na periferia

Todo mundo tem Direito à vida



GANHANDO A FITA

Crianças e seus familiares encarcerados

SOLTA A
VOZ DE

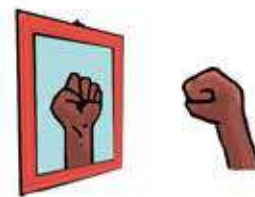


QUEM SOMOS

Ecoss e Reflexos representa
Um observatório periférico
De quem está dentro e perto
Vivenciando dia após dia
O descaso com nossa vida.
Quebrada desassistida e injustiça governamental
Jovens brasileiros
Lutando por revolução estrutural.
Mas lembrando,
Que nicaraguenses e colombianos
Também estão juntos nessa luta
Para que nossos gritos sobre Direitos
Ganhem força com ternura.
Não vamos descansar
Muito menos ficar parados
Já fomos por tempo demais silenciados.

Estela Ribeiro Santos da Silva

O-CORRE



No Brasil, temos buscado nos consolidar como Observatório ativo priorizando a participação efetiva de crianças e adolescentes "NOIS POR NOIS" visando impulsionar a articulação com as organizações, redes de outros territórios, países e regiões. O trabalho com o ECOS tem se desdobrado de maneira muito satisfatória com relação ao que temos realizado com base no processo. O trabalho tem despertado muitas possibilidades de articulação em diversos níveis de atuação.

Articulação Regional

O observatório regional compreende uma importante união de esforços entre Colômbia, Nicarágua e Brasil. Desde 2018 temos vindo numa construção coletiva muito interessante entre os três países aproximando os processos e criando fluxo de informações fortalecendo o viés regional enquanto américa latina do observatório. Em 2019 tivemos um encontro importante na Colômbia no qual participamos com 08 jovens e adolescentes do Brasil construindo propostas regionais e aproximando os processos.

Principais eixos

Formação e pesquisa
Articulação
Incidência
Produção de conteúdo
Ações no território
Comunicação
Fortalecimento da identidade Latino Americana
Acompanhamento de Casos Emblemáticos

Formação

Durante o ano de 2019 tivemos um foco muito grande para a questão formativa. Trabalhamos com 04 ciclos, tendo cada um deles um total de 04 encontros. Os temas trabalhados foram: 1º ciclo - Identidade de Grupo, 2º ciclo - Violência e suas formas, 3º ciclo - Introdução a metodologias de pesquisa e no 4º ciclo - Aplicação dos métodos de pesquisa. A ideia é que o caráter de formar e informar perpassasse todas as ações e possibilidades de troca de maneira contínua. Ao final do ciclo foi possível desenvolver um questionário e realizar a aplicação. Mesmo com uma amostra pequena de pesquisa foi possível sentir a experiência de atuar enquanto pesquisador/a, porém com um olhar muito diferente da "academia" tendo em vista o perfil dos adolescentes e jovens do observatório que vivenciam ou vivenciaram as violências sobre as quais agora se debruçam.

FAZ
CONOSCO



ECOS

E-mail: ecosereflexos@gmail.com

Facebook: Ecoss & Reflexos



REVISTA

E-mail: revistaecosereflexos@gmail.com



É DE LEI

NA LUTA POR DIREITOS

CAMINHADA, AVANÇOS E RETROCESSOS

Há 24 anos a Anced/Seção DCI Brasil se faz presente em 16 (dezesesseis) estados brasileiros e no Distrito Federal, a partir da ação desenvolvida pelos mais de 23 Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECAs filiados, que unificam-se pela missão de proteção jurídico-social de direitos humanos de crianças e adolescentes. A Anced/Seção DCI Brasil configure-se como sujeito do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, em especial dos eixos de Defesa e Controle Social.

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi um importante instrumento de mobilização da sociedade na construção de uma nova cultura institucional no sentido de reconhecer que a criança e o adolescente como cidadãos com pleno direitos a serem respeitados e garantidos.

Dessa forma a Convenção serviu como estímulo no processo de institucionalização de um sistema de garantia de direitos, por meio de medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais de proteção a criança e o adolescente contra todas as formas de violência física ou mental, ofensas ou abusos, negligência ou tratamento displicente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual.

A Anced/ Seção DCI Brasil se faz presente em 15 estados e no Distrito Federal no Brasil, a partir da ação desenvolvida pelos 22 Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECAs filiados. A ANCED tem como objetivo articular e fortalecer a atuação local dos CEDECAs filiados e aumentar o impacto das ações destes Centros de Defesa em nível nacional, buscando assegurar a efetivação do princípio constitucional de prioridade absoluta para os direitos infantojuvenis.

A Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED/Seção DCI Brasil, organização da sociedade civil de âmbito nacional que atua na Defesa dos Direitos Humanos da Infância e Adolescência brasileira.

Tem como missão contribuir para implementação integral da política de garantia de direitos da criança e do adolescente, assegurando, em especial o acesso à justiça para efetivação de seus direitos humanos com vistas a um Estado e uma sociedade democrática e sustentável.



“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” Eduardo Galeano

A principal ameaça a infância no Brasil passa pelas propostas de modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente, que na prática visam no desmonte do sistema de garantia de direito. Assim, os especialistas observam que a maioria das propostas para infância no Congresso traz mais retrocessos do que avanço.

Do mesmo modo as propostas administrativas implementadas pelo atual governo federal, tais como o esvaziamento dos conselhos de direitos, em especial o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) favorecem a violação dos direitos da criança e do adolescente, por ser tratarem de órgãos de controle social.

Nos últimos anos as políticas públicas para a primeira infância no Brasil serviram de exemplo para o mundo e hoje estão sob

ameaça da política econômica do atual governo que vem congelando os gastos sociais, especialmente na saúde e educação, mas também enfraquecendo as medidas de fiscalização de trabalho infantil e os programas de transferência de renda, como Programa Bolsa Família.



PAULO FREIRE



“A PIRRALHADA AQUI RESISTE”

Em 20 de Novembro 1989 a ONU (Organização das Nações Unidas) aprovou a Convenção sobre os Direitos das Crianças, que é considerado um instrumento de direitos humanos com a maior aceitação na história universal. O Brasil para garantir o estabelecido na Convenção, em 13 de Julho de 1990 promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069-90). Tendo em vista a distância existente entre o que está estabelecido na lei (ECA) e sua efetivação, um grupo de educadoras e educadores do Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo dos Campos criaram em 1991 o Bloco de carnaval protesto EURECA (Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente). Os objetivos centrais são: divulgar o ECA, denunciar as violações de direitos e promover a participação de crianças e adolescentes de maneira formativa e lúdica.

EURECA: CARNAVAL, EDUCAÇÃO POPULAR E REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS

A roda é composta por crianças do Instituto Camará Calunga, adolescentes e jovens do CEDECA Sapopemba e do Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo. Contamos ainda com a presença de educadores de diversas regiões, conselheira tutelar, militantes do MST, representantes de movimentos sociais e culturais, dentre outros. Assim acontece a escolha do tema do EURECA 2020. As perguntas são: O que está pegando? Que história queremos contar com o nosso Bloco esse ano? O que queremos denunciar e alertar a população e autoridades? É feita uma divisão em dois grupos: a) Jovens e Educadores e b) crianças e adolescentes, tendo educadores como disparadores e facilitadores das discussões. Surgem diversas questões:

Com base no pensamento de Paulo Freire (1987: p. 68): *“Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes”* e essa chuva de ideias Intergeracional e muito debate definimos o tema: **EURECA 2020: Como Vocês Se Atevem? Apagar nossa história, limitar nossa memória, massacrar nossa nação.**

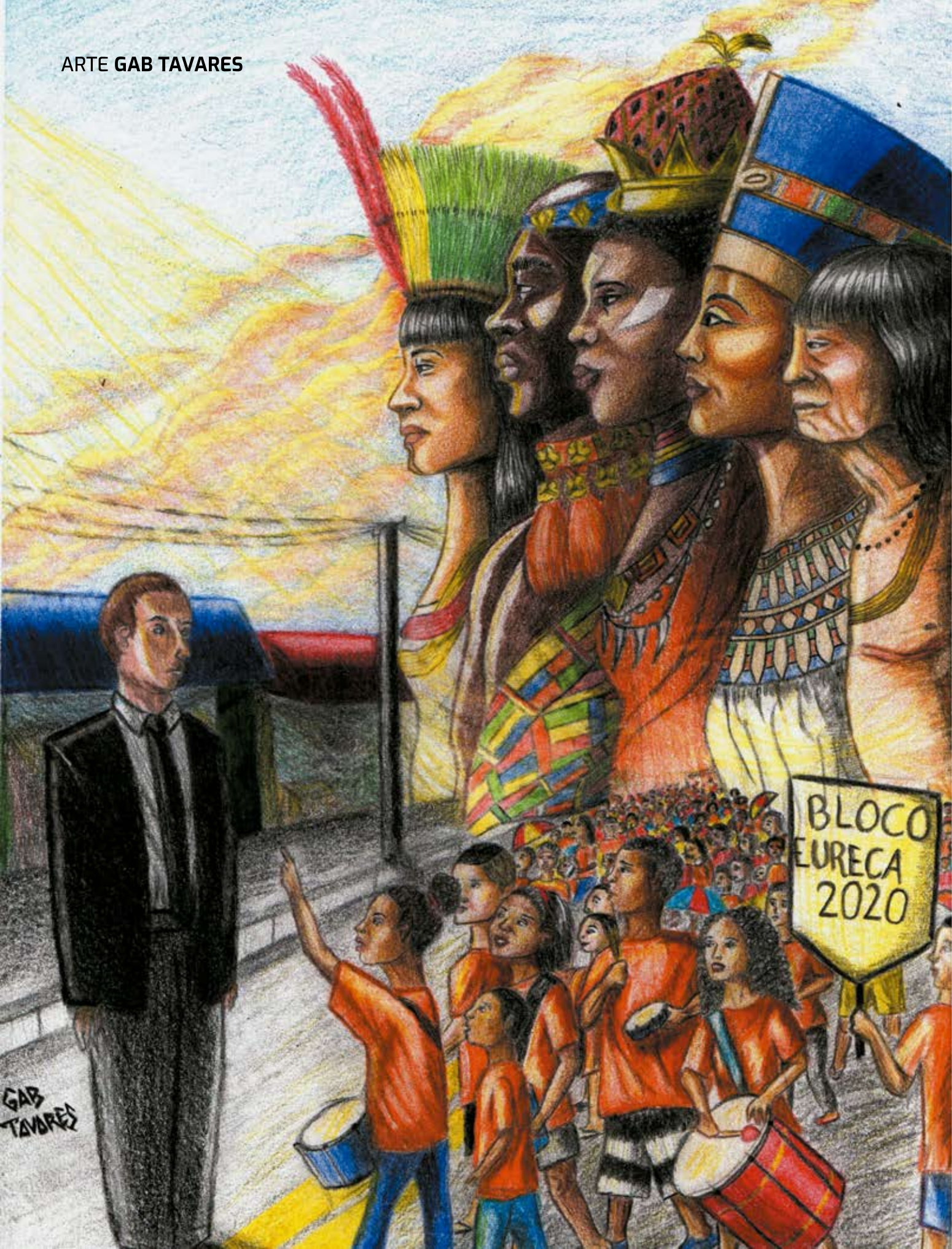
Uma vez escolhido o tema, vamos nos debruçar sobre o estudo do mesmo, promovendo a formação das/os educadoras/es. O próximo passo são as formações para as crianças e adolescentes multiplicadores, cada instituição, projeto, movimento ou escola participa com uma média de 10 a 20 crianças e adolescentes que são responsáveis junto aos educadores de multiplicarem o aprendizado em suas instituições. Tendo passado por este processo de discussão de disseminação do tema proposto inicia-se um trabalho de construção de alegorias e elementos que tragam pra o dia do desfile a ludicidade citada a cores, brilhos e formas do bloco para o dia do desfile. No que diz respeito a musicalidade e elaboração da samba enredo a construção da letra é feita coletivamente e tem como prioridade garantir a participação das crianças e adolescentes em sua criação (nos últimos 6 anos os enredos foram gravados no estúdio do CEDECA Sapopemba). Uma outra peculiaridade do bloco é na composição de sua bateria, no desfile ocorre a junção de 5 baterias composta por crianças, adolescente e jovens do Projeto Meninos e Meninas de Rua, Camará, CEDECA Interlagos, Batucada NASCE e CEDECA Sapopemba, outro traço singular é a forte presença feminina nas baterias.

Em todo processo a construção e aprendizado é coletivo, e nessa engrenagem de escola de samba todas as contribuições e conhecimentos são de suma importância.

Sidnei Ferreira, Coordenador do Núcleo de formação e Cultura do Cedeca Sapopemba – São Paulo- Janeiro (2020)



ARTE GAB TAVARES



GAB
TAVARES

BLOCO
EURECA
2020



TERRITÓRIOS CAMARADAS



Fundado em 1997 no município de São Vicente, o Camará tem por missão institucional "promover e defender os direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes, nos diversos lugares e territórios em que vivem, produzindo experiências referenciais de cuidado, formação crítica, pesquisa e intervenção, que incidam na formulação de políticas públicas de infância e juventude". Desde então, tornou-se referência para a produção de metodologias de enfrentamento às situações de exploração sexual de crianças e adolescentes e para a afirmação do protagonismo infanto-juvenil, integrando as instâncias de formulação e controle social de políticas públicas. As principais referências para a atuação nos territórios são a Educação Social e Popular e o Acompanhamento Terapêutico. Tais referências sustentam uma prática pautada pela presença ativa dos educadores e pela escuta e abertura para a experiência das crianças, adolescentes e jovens.

As experiências do Camará dialogam com os termos da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, de 1989, e do Estatuto da Criança e Adolescente, afirmando a concepção presente nesses documentos de crianças como sujeitos de direito e que devem participar dos espaços de discussão e decisão sobre assuntos que afetam suas vidas. Ao mesmo tempo, compreendemos que é preciso discutir criticamente os efeitos dessas legislações que, como propõe a professora e pesquisadora da infância Lúcia Rabello de Castro, "não propiciaram um entendimento claro, do ponto de vista das próprias crianças, sobre quais eram as opressões às quais estavam submetidas, e em que direções gostariam de ver tais relações transformadas."

Um dos dispositivos de gestão e formação do Camará são as Assembleias Comunitárias. Espalhadas pela periferia da cidade de São Vicente (que, segundo o IBGE/2010 é a 6ª cidade mais desigual economicamente do Brasil), territórios marcados pela violação de direitos humanos básicos, pela fome e pela falta de serviços estatais de qualidade, as assembleias consistem em encontros semanais com crianças, adolescentes, familiares e educadores, como ainda representantes da rede de políticas públicas e de garantia de direitos do município de São Vicente. Este dispositivo consiste no exercício de gestão e participação política das crianças e adolescentes no que diz respeito à organização e execução das ações e propostas do Camará. Nas assembleias, os participantes são convocados a ocupar lugares de fala e expressão, narrando acontecimentos de suas vidas, questões do cotidiano e propostas de ações e manifestações,

dialogando sobre os mais diversos temas. Sempre em roda, este espaço discute e marca as posições políticas do Camará, construindo coletivamente estratégias e resistências para o enfrentamento das opressões e marginalizações, dando visibilidade a questões comuns aos diferentes territórios de São Vicente. Um dos temas mais frequentes das assembleias tem sido a escola e seus efeitos nas vidas das crianças, jovens e suas famílias, e como é preciso que nela haja mais espaço para o diálogo, não para o silenciamento.

Instituto Camará Calunga / São Vicente, São Paulo (2019).





POPO DE FOGUEIRO

A escola Municipal Bartolomeu faz de seu projeto pedagógico anual uma oportunidade para garantir a participação e voz dos jovens nos processos escolares.



A escola pública autônoma e diversa é um dos principais alvos dos atuais governantes do país, cenas de perseguições a professores e de policiais dentro do ambiente escolar agredindo alunos se tornaram constantes nas redes sociais e noticiários. Poucas

escolas ousam propor um projeto educacional inclusivo e participativo. Não é o caso da Municipal Bartolomeu Campos de Queirós, localizada no distrito de Sapopemba – SP. A abertura ao diálogo e a participação dos jovens dá o tom da dinâmica encontrada pelos/as jovens do Observatório Ecos & Reflexos durante a entrevista.

A escola utiliza seus projetos pedagógicos para desenvolver ações que visam a autonomia das crianças e jovens. Os alunos participam das decisões sobre o projeto e estão à frente destes, como no projeto de mediação, em que os jovens fazem um trabalho de mediação de leitura com os mais novos. Jéssica Ferreira e Tainara Ribeiro do Observatório Ecos & Reflexos conversaram com Fernando Prada, Assistente de Direção da escola. Confira a entrevista abaixo:

“Paulo Freire é nosso livro de cabeceira”

Observatório E&R: Como você chegou nesse espaço?

Fernando: O convite veio da antiga diretora da escola, que me disse: “olha, o negócio é o seguinte, nós trabalhamos desse jeito, a abertura é dar voz aos jovens no projeto, Paulo Freire é nosso livro de cabeceira, nosso ideal é esse”. Na hora eu respondi que estava dentro, vamos participar! Eu trabalhava em outra escola e a primeira coisa que eu quis fazer aqui foi ir atrás de uns contatos pra saber o que essa escola significa nesse bairro, saber onde estava pisando.

Observatório E&R: Como acontecem as atividades extras que os alunos fazem?

Fernando: Todas as escolas precisam ter atividades extras, a questão é que a nossa escola dá esse cunho diferenciado. Esses projetos vão casando com o perfil da escola sabe? Tem aula de horta, onde os alunos participam, estão aqui todas as tardes e aprendem produzir na horta. Tem jogos de RPG, tem a ETEC (Escola Técnica Estadual) que faz parte da identidade da escola e os professores tocam esse projeto. A gente também tem um projeto de mediação dos alunos, no qual os mais velhos da manhã ficam para ler para os alunos da tarde, então vai juntando com o restante dos projetos. A direção fica em uma posição de auxiliar, observar, dá o tom e abrir para as conversas.

Observatório E&R: Como você vê a relação entre Direção e os professores?

Fernando: Temos todos os tipos de professores na escola e nem todos aprovam o modelo seguido aqui. Mas, em alguns momentos estão todos participando. Estamos fazendo algumas formações aos sábados com os professores da escola para apresentar novas formas de dar aulas, com um outro repertório para aos poucos ir dando esse olhar do que a gente pensa, do que poderia ser legal, de pensar diferente, dar uma aula diferente. É nessas horas que dá pra gente ir dando o tom.

Observatório E&R: Quais as mudanças que você percebeu na postura e no desenvolvimento dos alunos a partir dessa metodologia?

Fernando: A primeira coisa que me vem à cabeça é o protagonismo. Eles sacarem que podem. É lógico que a gente vai falando também sobre a liberdade que eles têm de vir conversar, mas também de poder criar, de poder ter liberdade pra partir para o que eles quiserem, escolher, pensar, escrever, de poder experimentar, e errar e voltar e fazer de novo. Porque em outras escolas isso é mais preso, tem poucos espaços pra isso, poucos espaços pra liberdade, poucos espaços pra escrita, pouco espaço para as artes, pros esportes, de falar em público, se expressar. Vejo mudança em como eles estão perdendo a vergonha de falar e que em sala de aula conseguem participar melhor, questionando mais.

Observatório E&R: Somos um observatório composto por Brasil, Nicarágua e Colômbia e trabalhar a questão de educação é muito urgente e necessária nos três países. Como professor e coordenador de escola, qual mensagem você poderia passar pros profissionais de educação, no sentido de América Latina?

Fernando: Sobre a onda de retrocessos que está acontecendo em toda América Latina, é preciso resistir. É resistir e saber que outros irmãos estão fazendo a mesma coisa em outros lugares também. No Brasil tem tantos exemplos muito bacanas de pessoas que estão resistindo. Os indígenas estão resistindo, os negros estão resistindo, tem várias frentes, então é estar na frente e quando a gente olhar pra história, vamos estar olhando em qual lado a gente estava, sabe? Eu penso muito nisso, quando eu vejo uma história antiga, a nossa história também foi muito cruel e o que eu estava fazendo lá naquela época?

Então é saber que tem gente resistindo daqui, e resistindo de lá, e assim como nós estamos enviando um pouquinho de história daqui, a gente precisar ler a resistência deles porque deve ter diversas formas de gente lutando e tentando burlar essa pressão e essa onda de diminuição de direitos, principalmente dos pobres. Os mais atingidos são sempre as minorias.

Esta entrevista foi realizada no final do ano de 2019. De lá pra cá tivemos notícias de que ocorreram mudanças na gestão da Escola Estadual Bartolomeu. Esperamos que estas mudanças não tenha desarticulado as práticas pedagógicas humanizadoras que começaram a brotar neste espaço.



**A Convenção Internacional
dos Direitos das Crianças
frente à realidade brasileira**



COLAGEM ARICOLART - ARIANE OLIVEIRA



Qual é
a desse
Bagulho
de
direitos?



Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU e o cenário brasileiro: protagonismo e desafios

Antes mesmo de ser ratificada no âmbito das Nações Unidas, a Convenção dos Direitos das Crianças já havia influenciado nossa Constituição Cidadã de 1988

Passar pelas ruas do centro da cidade de São Paulo nos anos 1980 era uma verdadeira aventura para meu olhar de criança, moradores do ABC Paulista, eram raros os passeios pela maior cidade do país, só em casos de extrema necessidade, ou quando cruzávamos a cidade para visitar meus tios em Guaianases, bairro no extremo leste da cidade. Meu olhar de menina se encantava com os prédios, as fachadas que eu não conseguia ler, com as roupas das pessoas tão diferentes para minha vida provinciana. A paisagem era composta também pelas crianças de rua, eram dezenas delas, pedindo dinheiro nos semáforos, passando por baixo das catracas nos ônibus, tomando banho nos chafarizes das praças. Invariavelmente voltava para casa desses passeios pelo centro de São Paulo me perguntando "O que essas crianças vão comer? Onde eles dormem?"

Hoje, olhando para os dados sobre a situação das crianças e adolescentes no Brasil naquele período, percebemos que minhas percepções individuais refletiam uma realidade dura para essas crianças. "Há 30 anos as pesquisas apontavam que numa população de 150 milhões de habitantes no Brasil, 50% tinham menos de 18 anos, e desses, 40 milhões eram "carentes". Todo ano 400 mil crianças morriam de fome. 65% dessa população entre 10 e 14 anos trabalhavam com uma jornada superior a 40 horas semanais recebendo menos de 1 salário mínimo por mês, e muitas famílias se utilizam do trabalho de crianças de até 16 anos para se manterem. Na época cerca de 12 milhões de crianças estavam em estado de abandono e 7 milhões viviam ou sobreviviam da rua, só na cidade de São Paulo calculava-se que elas eram uma população de 700 mil crianças vivendo ou sobrevivendo das ruas", quem traz esses dados na ponta da língua é a pedagoga Zeni Soares, hoje aposentada e que naquele período trabalhou na construção do Projeto Meninos e Meninas de Rua.

Não só no Brasil, o mundo, no âmbito das Nações Unidas, passava pelo processo de debate para a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança, completados 30 anos de sua aprovação no dia 20 de novembro de 2019, a Convenção traz uma mudança na forma de entender as crianças e adolescentes no mundo: de problemas a serem resolvidos, passam a se tornar um sujeito de direitos perante a sociedade.

A Convenção é o documento das Nações Unidas mais amplamente aceito pelos países que compõem as Nações Unidas, somente Estados Unidos não ratificou o documento. Além da mudança fundamental no entendimento da criança e do adolescente como um sujeito de direitos a Convenção traz o conceito da proteção integral. Isso quer dizer que não há um direito mais importante do que o outro, formando assim um sistema integral de proteção humano, pessoal e cidadão.

Brasil: 3 marcos legais à serviço das crianças

O Brasil politicamente estava vivendo um momento de grandes mudanças, o fim da ditadura militar e o processo da Assembleia Constituinte possibilitou que diversos movimentos e setores da sociedade civil pudessem se organizar em torno da inclusão dos direitos das crianças e adolescentes nesta pauta. E é nesse contexto que a Convenção vem influenciar os movimentos pelos direitos das crianças e adolescentes: "em 1989 a Convenção é aprovada, mas a pauta de discussão para a Constituição de 88 já era uma pauta da Convenção, a convenção também vinha sendo discutida aqui (antes de sua aprovação), a base da nossa Constituição em termos de direito está na convenção" afirma a pesquisadora e assistente social Rose Ferreira. "A convenção ela impacta tanto no momento em que ela ainda está sendo discutida para a formulação da Constituição quanto ela impacta profundamente na legislação complementar que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Convenção 89 Estatuto 90), a aprovação da convenção vem coroar a nossa luta e vem aportar mais substância aquilo que a gente estava querendo escrever no ECA", complementa Zeni.





O ECA, nossa lei complementar para o Artigo 227 da Constituição Federal, é aprovado em 13 de julho de 1990 sob forte influência da Convenção. Direitos básicos como à moradia, saúde e educação, mas também direitos à convivência familiar, direito ao brincar e defesa à integridade física e moral das crianças e adolescentes coloca para o país uma série de desafios a serem implementados em um país com dimensões territoriais. Neia Bueno, coordenadora do Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo – SP conta que a Convenção, e logo na sequência o ECA chega para mudar a lógica de entendimento do poder público sobre esse público: "O estatuto saiu da lógica do Código de Menores (legislação anterior ao ECA de 1979 elaborada no período ditatorial brasileiro) e passou a ser tratada como criança e adolescente. O código de menores era pra pobre, então era o juizado de menores, era o comissariado de menores, e filho de pobre era menor, filho de rico era criança, adolescente". Apesar do avanço das políticas públicas de proteção, Neia afirma que essa situação ainda permanece entranhada na sociedade brasileira: "A forma como esses programas televisivos tratam o jovem em conflito com a lei é diferenciada para quem é pobre e para quem é da elite, então de um jovem pobre ainda se fala "o menor foi apreendido" e para os filhos dos ricos se fala "o adolescente foi vítima", complementa Neia.

Apesar da Convenção e do ECA garantirem a proteção integral física, moral e psíquica dessas crianças e adolescentes, implicando inclusive o Estado, a família e a sociedade como um todo pela garantia desta integridade, a violência contra essa população ainda é muito presente. Zeni lembra que em 1983 quando começaram o trabalho na cidade de São Bernardo do Campo, dos 60 primeiros jovens atendidos pelo projeto 58 foram assassinadas "esse era o quadro da situação das crianças e adolescentes não só aqui em São Paulo, mas em geral no Brasil todo, porque nós conhecemos muitos projetos que nessa época começaram a olhar para as crianças e adolescentes de rua e esse era o cenário nacional, uma total desumanização e uma total violência contra as crianças e adolescentes". Para Neia, houve melhoras, mas ainda temos muito que avançar na questão da violência do Estado contra as crianças e adolescentes "se você pega as unidades de internação deu uma melhorada, mas quem trabalha dentro das unidades continuam denunciando que os meninos continuam sofrendo tortura lá dentro. Tem denúncia em tudo quanto é órgão sobre o que acontece na Fundação Casa, não é por falta de denúncia, só que tem todo um sistema que a gente não consegue quebrar, e tem corrupção, acordos", pontua a coordenadora.



Participação e protagonismo: a voz das crianças

Um dos grandes desafios colocados pela Convenção dos Direitos das Crianças é em relação à participação nos espaços de tomada de decisões. Tanto a convenção quanto o ECA garantem que, se a criança já for capaz de emitir sua opinião, ela deve ser ouvida. Neia ressalta os casos de divórcio dos pais, em que o juiz sempre escuta a criança ou o adolescente sobre a situação. Já Rose não tem uma visão tão otimista quanto ao momento atual: "este é um momento extremamente difícil pra gente falar de participação, um momento em que os canais de participação estão sendo ameaçados e alguns estão sendo derrubados", Rose se refere ao atual governo brasileiro que conseguiu derrubar a legislação de participação social, mantendo somente os conselhos que já estavam previstos na constituição. Apesar dos conselhos dos direitos das crianças e adolescentes continuarem existindo nos âmbitos federal, estadual e municipal, sua atual está fragilizada justamente pela ausência de aporte do governo vigente, segundo Rose, porque esses conselhos ainda não estavam totalmente consolidados dada a nossa jovem democracia. Aqui deixo uma provocação: Quais são os espaços de participação em que as crianças, adolescentes e jovens tem realmente suas vozes ouvidas no processo de tomada de decisões sobre políticas e ações? Será que os adultos não continuam a tomar as decisões e as crianças e jovens aparecem como "cotas" para respaldar suas atuações?



Desafios futuros

Os desafios futuros ainda são muitos, como a melhora dos índices de educação no ensino médio, gravidez na adolescência, trabalho infantil, violência do estado, entre outros, mas um desafio que se coloca para que a sociedade em relação a essas crianças e adolescentes diz respeito à saúde mental dessa população, bullying, cyberbullying, suicídio e integridade moral são temáticas que precisam entrar na pauta de gestores públicos e organizações. Outro tema levantado por Neia é em relação à PEC 95 do teto dos gastos, que limita o orçamento público nos 3 âmbitos federativos para áreas como assistência social, saúde e educação: "Quando você limita o gastos nessas áreas por 20 anos, automaticamente você vê aumentar o número de crianças voltando para a rua. Você vai no farol é criança trabalhando, você vai no metrô é mãe com filho no colo, então, a sensação que eu tenho é que a gente tá voltando para a década de 90."

Autora: Ana Mesquita, equipe de comunicação Ecos & Reflexos





AQUI É POBRE

Aqui o papo é reto

Todo mundo já tá ligado que trabalho infantil é crime, mas na prática não está sendo assim. Se o moleque for pobre tem quem diga que está ralando pra conseguir seu dindin.

O fato é que no mundo são 10 milhões de crianças e independente de ser “por conta” ou os pais estarem obrigando, no Brasil são 104 mil trabalhando

Crianças de até nove anos, agora pensa se tá certo dizer:

“É MELHOR DO QUE ESTAR ROUBANDO”

Melhor é tá brincando e estudando porque “criança não trabalha, criança dá trabalho”.

TV cultura já alertava sobre a mão pequena que bate no vidro do carro São inúmeros direitos sendo violados, começando com a justiça que não dá um respaldo nem pra mãe solo, nem pro erê abandonado.

É aquela história que Os Racionais já cantavam, de apenas mais um filho pardo são 5 milhões de negros drama.

Os 300 reais de pensão não compensa a falta do pai na reunião.

No máximo financia um castelo de madeira.

É comprovado que as chefes de família

São mais da metade da população em situação de pobreza.

Clássico! Enquanto o pai vai pro motel com a namorada a mãe rala pra comprar fralda

Passa a noite na fila da escola pra conseguir vaga

E se não tem creche, como ela trabalha?

A periferia já está cansada, somos todos/as filhas/os da pátria

Lutaremos até que todas as nossas crianças sejam respeitadas

Enquanto houver situações a serem denunciadas nenhuma favela ficará calada.

Lutamos para que o ECA garanta o Direito de todos/as de brincar, estudar de ter convivência familiar.

Nossos jovens e crianças também são a resistência e juntos/as já estamos fazendo a diferença.

Autora: Regina de Fátima Gutierri, Observatório Ecos & Reflexos – São Paulo (2019)

ገገገ ገ ገገገ





SANGUE



O encontro regional do Projeto Observatório Ecos e Reflexos aconteceu na cidade de Bogotá, Colômbia durante os dias 23 à 27 de outubro de 2019. O encontro foi protagonizado por jovens, crianças e adolescentes da Colômbia, Nicarágua e Brasil que compõem o observatório regional Ecos & Reflexos América Latina. Do Brasil fomos com uma turma de 08 jovens e adolescentes e 03 Educadores/as. O encontro teve um total aproximado de 37 pessoas dos três países.

Durante uma semana riquíssima de trocas, acolhimentos, provocações, construção e também muito "choro" diante da semelhança em relação a violências sofridas. Foi possível notar e fortalecer a grandeza e a importância da identidade latino americana para que se faça o enfrentamento de maneira articulada e potente. O encontro resultou em um vídeo e uma Publicação regional.

A quebrada tá presente e tem muito a ensinar!

Participar de um Observatório Regional nos proporcionou o acesso a outras culturas e territórios, bem como a oportunidade de viajar para a Colômbia, representando o Brasil e nossas quebradas (Sapopemba e São Mateus).

Nesta viagem um de nossos propósitos era articular objetivos em comum enquanto grupo regional, pensando pautas de ações e estratégias. Fomos muito bem acolhidos por todos, embora o idioma a princípio parecesse uma barreira difícil de ser vencida. Porém, com o tempo, conseguimos desenvolver bem a comunicação. Além disso, o encontro regional nos proporcionou trocas de experiências, permitindo que compreendêssemos uma identidade latino-americana, não só nas violações de direitos, mas também na cultura: seja na dança, na música, na arte urbana e arquitetura (vimos lugares muito parecidos com locais de São Paulo. Demos um rolê em praças que mais pareciam com o Parque Dom Pedro, Vale do Anhangabaú, teve até um busão chamado "San Mateo" – e achamos que estávamos em casa).



Participamos de várias atividades nesses 6 dias de encontro, visitando muitos espaços culturais e de incidências políticas: como a visita ao centro Histórico de Bogotá, nossa ida a Exposição "El Testigo: Memorias del Conflicto Armado Colombiano" (Jesús Abad Colorado); a Biblioteca Comunitária Raíz de Barro (na zona periférica) símbolo de resistência popular pelo papel que desempenha com crianças e adolescentes; os inúmeros murais de grafite no bairro Rafael Uribe Uribe (com o maior mural da Colômbia "Punto Magenta") e o espaço Cultural Diana Turbay – Rincon Del Valle que desenvolve oficinas de teatro, música e conta com um projeto incrível de horta comunitária. Neste processo, reconhecemos nossa semelhança enquanto resistência periférica: na luta, na criatividade, na alegria, e nas potências que possuímos de transformação da nossa realidade em meio às adversidades. Foram muitos os relatos pessoais em relação violência e repressão contra os jovens do encontro, o que

aproximou e fortaleceu nossos laços de afeto e respeito. Todas as angústias levantadas no encontro nos fez perceber o quanto importante é estar dentro de um projeto como esse, que incentiva nossa autonomia (que sempre nos foi negada) construindo com as crianças e adolescentes o papel de protagonistas de nossas próprias lutas.

Essa experiência, mesmo que curta, mudou nossa visão de latinidade, seja pelos laços que construímos com nossos irmãos (das nossas zueiras, da batalha de rap no busão, das músicas e danças compartilhadas e gírias que trocamos – Que chimba!) como também no propósito que temos em comum: a vontade de mudança, a luta contra os retrocessos de direitos das crianças e adolescentes na América Latina, a preservação da história e o resgate da memória de um povo que sempre foi resistência antes mesmo da América ser América.

Autor: Jovens do Observatório Ecos & Reflexos América Latina (Brasil)

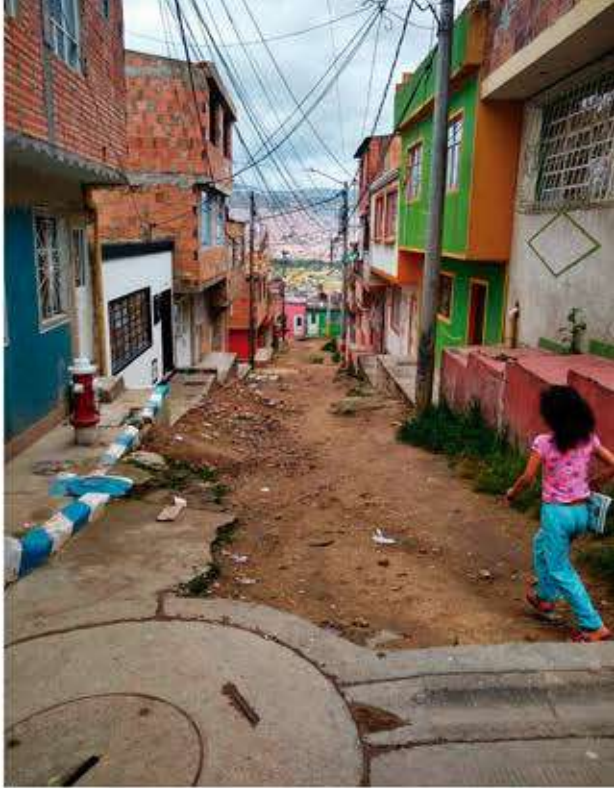
SE QUER IR RÁPIDO, VÁ SOZINHO.

SE QUER IR LONGE, VÁ ACOMPANHADO



Vozes latinas

Em uma América Latina em ebulição por conta de mobilizações de movimentos sociais e de uma população cansada de anos de políticas neoliberais que insistem em deixar os direitos e garantias longe de seus povos, é um pouco complexo escrever sobre os direitos da criança, por ocasião dos 30 anos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, nesse novembro de 2019, crianças são assassinadas pela polícia no Brasil, sofrem com a brutalidade da repressão política na Bolívia e no Chile, são vítimas de ações de grupos paramilitares na Colômbia e são perseguidas e tem seus direitos de ir e vir tolhidos na Nicarágua. De fato, 2019 não foi um ano fácil para direitos humanos. Tampouco para os direitos humanos de crianças.



Nesse contexto, em que resta nítida a brutalidade e violência de atores da sociedade, evidente, também, a força de movimentos sociais e organizações populares, que resistem nas ruas em prol de direitos seus e de seus pares. O fato desses atos estarem ocorrendo de forma concomitante evidenciam a potência inegável dos países latino-americanos, de suas culturais tradicionais e originárias e de seu povo. Justamente para aproveitar essa força, terre des hommes Alemanha segue o exitoso caminho de apoiar estrategicamente iniciativas regionais, que buscam aproximar países que, usualmente, estão distantes entre si: por força da geografia ou mesmo do idioma.

O Projeto Observatório: Ecos e Reflexos da América Latina busca justamente aproximar realidades, tudo desde a perspectiva da juventude.

Em um continente em que junto com a infância, a juventude é a maior vítima das mais diversas violências (estrutural, institucional e sexual, por exemplo), o projeto propõe trabalhar com estas de forma participativa e compreender o ciclo da violência.

Ainda que o idioma seja uma barreira entre Brasil, Colômbia e Nicarágua, os êxitos e potencial de intercâmbio desse projeto são promissores: unir juventudes da América Latina, para que discutam suas vidas e contextos, além de aproximarem-se das abordagens que utilizam para lidar com as violências que sofrem, é, de fato, uma potência e inspiração para a resistência latino-americana.



DO PONTE PRO CO

Direitos à margem:

Um RAIO-X da quebrada

POPULAÇÃO

Preta e Parda

sapopemba **média*** são mateus
41,72% **32,1** 37,46%

Feminina

sapopemba **média*** são mateus
51,92% **52,6%** 10,52%

EMPREGO

sapopemba
0,97

são mateus
2,07

média*
6,7

Taxa de emprego formal, por dez habitantes participantes da PIA (população em idade ativa) com idade igual ou superior a quinze anos

SAÚDE

Gravidez na adolescência
Proporção de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, em relação ao total de nascidos vivos (%)

sapopemba **média*** são mateus
11,54% **8,7** 10,52%

A idade média ao morrer em Moema é de 80 anos. Jardim Paulista, Consolação e Alto de Pinheiros é de 79 anos.

Idade média ao morrer

sapopemba **média*** são mateus
63,92 **68,7** 65,24

Média de idade com que as pessoas morreram

Sapopemba está entre os 15 distritos que mais tem domicílios em favelas.

Favelas

sapopemba **média*** são mateus
21,58% **8,3%** 6,75%

Proporção de domicílios em favelas, em relação ao total de domicílios (%)

Unidades Básicas de Saúde

Número de unidades básicas públicas de atendimento em saúde, para cada dez mil habitantes

sapopemba **média*** são mateus
0,55 **0,4** 0,52

SAPOPEMBA

Área 13,4 km²

População (2°) 296.042 hab. (2010)

Densidade 219,29 hab/ha

Renda média R\$ 1.041,40

IDH 0,786 - médio (78°)

Subprefeitura Sapopemba

Região Adm. Leste

Área Geográfica Sudeste

SÃO MATEUS

Área 13 km²

População (22°) 158.533 hab. (2010)

Densidade 121,95 hab/ha

Renda média R\$ 3.200,00

IDH 0,804 - elevado (69°)

Subprefeitura São Mateus

Região Adm Leste

Área Geográfica 4 (Leste)

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

DADOS GEOSAMPA
POPULAÇÃO

*média na cidade de São Paulo

VERDE

Área verde por habitante

sapopemba média* são mateus
3,65 100,2 38,10

Proporção de metros quadrados (m²) de cobertura vegetal, arbórea e rasteira, por habitante da subprefeitura

Arborização Viária

sapopemba média* são mateus
610,8 671,2 937,1

Proporção de árvores no sistema viário, em relação à área total do distrito (km²)

ESPORTE

Equipamentos públicos de esporte

sapopemba média* são mateus
0,24 0,3 0,39

Proporção de equipamentos públicos municipais de esporte, para cada dez mil habitantes

O distrito com a maior espera é Vila Andrade com 260 dias e o com menor espera é Guaianases, com 18,50 dias. Sapopemba ocupa a 25 posição dentre os 96 distritos de SP.

Tempo de atendimento para vaga em creche (em dias)

sapopemba média* são mateus
132,82 106,9 86,30

VIOLÊNCIA

Ressaltamos aqui a subnotificação de crimes nos Bairros periféricos, pois o distrito com mais notificações de violência contra a mulher é a Sé com 803,9 notificações, ou seja, na região central da cidade.

Violência contra a mulher Todas sapopemba média* são mateus
178,3 252,7 208,5

Proporção de ocorrências de violência contra a mulher (todas as categorias), para cada dez mil mulheres na faixa etária de 20 a 59 anos

Metade dos distritos está zerado, Sapopemba e São Mateus pontua, mas mesmo assim, a média é muito baixa.

Centros culturais, casas e espaços de cultura (municipais, estaduais, federais e particulares)

sapopemba média* são mateus
0,04 0,2 0,06

Proporção de equipamentos para cada dez mil habitantes

Butantã tem 53,67 equipamentos de cultura para cada 100 mil habitantes. 23 distritos zeraram.

Equipamentos públicos de cultura Municipal

sapopemba média* são mateus
1,39 4,0 0,65

Proporção para cada cem mil habitantes

2/3 dos distritos zeraram neste indicador. Barra Funda lidera com 4,59

Museus (municipais, estaduais, federais e particulares)

sapopemba média* são mateus
0 0,3 0

Proporção para cada dez mil habitantes

Metade dos distritos zeraram neste indicador. Liberdade lidera com 2,18.

Acervo de livros para adultos

sapopemba média* são mateus
0,17 0,2 0

Proporção de livros disponíveis em acervos de bibliotecas municipais, para cada habitante com 15 anos ou mais

De novo, a subnotificação e a tipificação.

Violência Racial

sapopemba média* são mateus
1,28 1,8 0,13

Proporção de ocorrências de violência de racismo e injúria racial, para cada dez mil habitantes

CULTURA

2/3 dos distritos zeraram neste indicador. Barra Funda lidera com 8,35.

Cinemas

(municipais, estaduais, federais e particulares)

sapopemba média* são mateus
0 0,6 0

Proporção de salas para cada dez mil habitantes

Metade dos distritos zeraram neste indicador. Pinheiros lidera com 92,61.

Salas de show e concerto (municipais, estaduais, federais e particulares)

sapopemba média* são mateus
0 4,8% 0,65

Proporção para cada cem mil habitantes

República é o distrito com mais salas de teatro: 5,92

Teatro

Salas de teatro (municipais, estaduais, federais e particulares),

sapopemba média* são mateus
0,04 0,4 0

Proporção para cada dez mil habitantes

* Foram contabilizados os livros do acervo que compõem as categorias I e F. Não estão contabilizadas as bibliotecas dos

Acervo de livros infanto-juvenis sapopemba média* são mateus
0,37 0,5 0

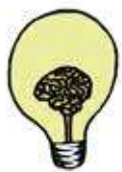
Proporção de livros infanto-juvenis disponíveis em acervos de bibliotecas municipais, para cada habitante na faixa etária de 7 a 14 anos

Aqui também é importante a gente se atentar para a tipificação do crime pelos órgãos da polícia

Violência contra a mulher Femicídio - Número total de ocorrências de feminicídio,

sapopemba média* são mateus
1,65 671,2 0,9

para cada dez mil mulheres na faixa etária de 20 a 59 anos



A “Agenda Perdida” da Infância e a Geografia de Poder

Em nome das crianças e adolescentes negras mortas pelo Estado e abandonadas pela nossa funcionalidade ignorante, doentia e fatal.

Poderíamos começar este artigo com dados e informações sobre a situação da infância no Brasil como é de costume. Mas os dados são tão explícitos e corriqueiros que se confundem com a banalização de vidas e histórias atreladas a estas estatísticas. Durante o processo de redação deste texto duas notícias que aconteceram em menos de 48 horas retratam a trágica rotina de nossa pseudo nação que conta com mais da metade das crianças em situação miséria (6 a cada 10 crianças vivem na pobreza – UNICEF/2018), ou seja, sem acesso à educação, saúde a serviços e condições básicas para a sobrevivência.

O jornal assim notícia de forma abrupta e escandalosa: “Nove pessoas morreram pisoteadas em evento de funk por causa de intervenção policial na comunidade de Paraisópolis”. Quem morreu? A estatística viciosa: negros, pobres e de periferia. O dia nem amanhece e outra manchete inacreditável: “Duas crianças morrem após incêndio atingir barraco na Zona Sul de SP”, de acordo com um parente das vítimas, os pais das crianças cozinhavam em uma fogueira quando as chamas se alastraram.

Estas são histórias com nome e sobrenome, como tantas outras, perversa e contraditória no Brasil, desde a colonização e seus navios negreiros, até hoje nas negociatas de um capitalismo que se organiza, planeja, exclui, criminaliza e executa a de forma legitimada pelo Estado, de tantos poderes e interesses leiloados e vendidos. Este mesmo Estado que apresenta sem nenhum pudor ou medo sua visão classista e racista de sociedade, que não governa para as pessoas, mas para instituições e grandes corporações.

Mas o que este tema a ver com a chamada “agenda da infância e adolescência brasileira” e seus idealizadores e operadores de direitos? Tem tudo a ver e de forma mais crítica e abismal denuncia a omissão e a falta de compromisso.

Buscar entender esta avalanche de acontecimentos, situações e fatos de violação de direitos humanos e ambientais, com relação intrínseca e ontológica ao destino societário de crianças e adolescentes, parece ser o caminho mais urgente e razoável para uma possível saída coletiva concreta.

É fundamental que aqueles que se intitulam defensores e promotores de direitos de crianças e adolescentes façam uma “Moratória”, parar com o dever funcional que ocupa o tempo e as responsabilidades e pensar no que se passa no mundo e quais são as artimanhas colocadas por diversos grupos de interesse. Repensar é preciso! Superar a visão funcionalista e segmentada de luta e de agenda de incidência. Ter um enfoque coletivo, comum, afirmativo e estratégico. Priorizar a reflexão histórica e atual sobre o poder e sua geografia no Brasil.

Este poder que se configura em autoritarismo violento e assassino por meio do machismo, racismo e no âmbito dos direitos das crianças, o explícito adultocentrismo. Este poder não é só representativo, mas real e sistêmico em todas as instâncias, políticas e atitudes cotidianas das relações sociais, trava e cria barreiras históricas para a liberdade, justiça e equidade, em especial, para aquelas famílias que vivem descobertas por condições materiais e econômicas para o seu bem viver. Há uma agenda perdida da infância, onde milhares de crianças e suas famílias são invisíveis pelo Estado e pela própria sociedade. Pessoas, grupos e populações que vivem em florestas, comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, meninos e meninas de rua, filhos e filhas de encarcerados e tantas outras realidades reais não “estatizadas”, e quando denunciadas, são esquecidas por uma questão de classe social. Aqui no Brasil a prioridade absoluta ainda se dá pelo CEP e pela cor. Somos um país machista e racista, e no horizonte, super adultocêntrico e esvaziado da história de relação de poderes.

São 30 anos do ECA, temos que buscar o caminho não do avestruz e sim do gavião. Sair do operacional patológico para o olhar e ação estratégica, coletiva e integral de mobilização e incidência. Sem esta perspectiva atitudinal e estratégica continuaremos a lutar com moínhos, enquanto isto, os donos das terras, da produção e do capital ambiental continuarão a esmagar e oprimir a multidões de pessoas, entre elas nossas crianças e adolescentes.

Autor: Fábio José Garcia Paes
Coordenador de Desenvolvimento
Institucional – SEFRAS (Serviço
Franciscano de Solidariedade).
São Paulo – SP 2019.

Acesse este texto
na versão digital
através do QR Code



CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM FAMILIARES ENCARCERADOS: “INVISÍVEIS, ATÉ QUANDO?”

O tema “Crianças e Adolescentes com familiares encarcerados” foi discutido em setembro de 2011 pelo Comitê dos Direitos das Crianças, órgão vinculado a Organização das Nações Unidas (ONU). Este debate contribuiu para aumentar a conscientização, aprofundar e gerar conhecimentos sobre violações dos direitos humanos que crianças e adolescentes sofrem. Tal conhecimento produziu informes, recomendações e orientações para os Estados membros e outros atores importantes.

América Latina e Caribe

Em 2011, organizações da sociedade civil (ONGs) da República Dominicana, Estados Unidos, Uruguai, Nicarágua e Brasil (Projeto Meninos e Meninas de Rua) que atuam juntas na região na defesa dos direitos das crianças e adolescentes começaram a refletir e a se organizar para enfrentar a questão das crianças e adolescentes com familiar encarcerado. Este esforço teve como resultado a produção de um estudo inédito na região (América Latina e Caribe): “Invisíveis, Até Quando?”.

Estima-se que cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes são filhos/as de pai e/ou mãe encarcerados.

Um levantamento do estudo regional “Infância que importa: o impacto da política de drogas em crianças com pais encarcerados na América Latina e no Caribe”, em 2019, mostrou que 450.000 dos encarceramentos se deram por crimes menores e não-violentos de drogas. Esse quadro pode se agravar diante da conjuntura atual vivida na América Latina: a criminalização da pobreza e o aumento da violência.

Brasil

O Brasil é 3º país que mais tem pessoas encarceradas no mundo, com mais de 726 mil pessoas, sendo que destas, 42 mil são mulheres. A população carcerária está muito acima da capacidade de vagas do sistema penitenciário, gerando um ambiente inóspito e violento, com massacres constantes. A maioria desta população é negra e tem entre 18 e 34 anos (INFOPEN/2017). A baixa qualidade nas políticas de segurança pública e sistema penitenciário trazem enormes impactos financeiros e sociais (violência e mortes) na população de periferia, negra, nas famílias e nas crianças e adolescentes com familiar encarcerado.

O que Sabemos sobre as Crianças e Adolescentes com Familiar Encarcerado (CAFE's)

A privação de liberdade de um familiar pode significar o risco de uma grande ruptura da dinâmica familiar e obriga a reconfigurar os vínculos no âmbito de um lar com novos papéis e obrigações. Dada a elevada porcentagem de homens em cárcere, a primeira pessoa afetada é a companheira. A mulher assume a ausência e sofre o aumento de pressão para garantir a segurança da renda e os cuidados familiares básicos. Há também a dificuldade do exercício da paternidade e maternidade das pessoas que se encontram encarceradas. Os adolescentes podem ser forçados a assumir o papel do adulto ausente, impactando na construção de cidadania destes jovens.

Enquanto os índices de população carcerária mostram uma proporção esmagadora de homens privados de liberdade, nos últimos anos observa-se um aumento gradual do número de prisioneiras mulheres, principalmente para crimes relacionados com drogas. Nesse sentido, é necessário considerar uma perspectiva diferencial de gênero para resolver o problema, se considerarmos que o encarceramento das mulheres geralmente deixa as crianças em situação de maior vulnerabilidade.



O Estado e as unidades federadas onde as crianças vivem com suas mães (privadas de liberdade) até certa idade, têm a urgência de criar as condições adequadas para essas crianças poderem se desenvolver. Tendo os seus direitos garantidos, é necessário reforçar a ligação entre as mulheres encarceradas e suas crianças e adolescentes que estão na comunidade.

Estigma e Promoção, Proteção e Defesa de Direitos

O estigma e a discriminação acompanham as crianças e adolescentes com familiar encarcerado nas relações sociais e comunitária. As CAFE's sofrem rejeição entre os amigos, na comunidade, força de segurança pública, evasão escolar, etc. Os cárceres não estão adequados para contato afetivo com os filhos e filhas. Com a ausência e perda de vínculos afetivos entre familiar encarcerado e os CAFE's, podem surgir problemáticas como mudanças no comportamento, síndrome do pânico, surgimento de reações agressivas e desajustes escolar. O encarceramento de um familiar pode afetar o processo de aprendizagem escolar da criança, como perda de concentração, ansiedade e questões de conduta. A estigmatização produz e opera a violência simbólica, os rótulos e o lugar social e racial destas crianças e adolescentes.

Estado, Sociedade e os Direitos das Crianças e Adolescentes com Familiar Encarcerado

O Estado tem “dificuldade” em administrar e articular os sistemas penitenciário e judicial, a garantia de direitos, programas, os planos e os serviços apropriados e previstos em lei.

Os direitos humanos da CAFE's devem ser exigidos pela Sociedade Civil e precisam ser garantidos pelo Estado.

Precisamos de formação técnica para realizar o trabalho com CAFE's; investimentos na infância e adolescência; Campanha de sensibilização e visibilidade da temática, ações de proteção dos direitos da CAFE's; programas Governamentais e das Organizações Sociais sendo referendado com articulações interinstitucionais. O protagonismo e a participação das crianças e adolescentes constituem-se como sendo um princípio respaldado no plano nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no Estatuto da Criança e Adolescente e na convenção internacional dos direitos da criança. Devemos estimular, fortalecer, garantir para as CAFE's a defesa dos seus direitos e o atendimento de suas necessidades específicas na Sociedade nas políticas públicas em todos níveis. Precisamos fortalecer o protagonismo dos familiares da CAFE's, dos conselhos de controle e participação social.

As Crianças e Adolescentes com Familiar Encarcerado não cometeram nenhum delito e como já dissemos, os seus direitos são testados a partir do encarceramento paterno ou materno, por ação ou omissão do Estado e da Sociedade.

Marco Antônio da Silva Souza *Markinhus.
Coordenador Geral do Projeto Meninas de Rua/SP. Conselheiro Fiscal do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Militante do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Conselheiro do Conselho Estadual de Direitos Humanos-SP e Conselho Nacional de Direitos Humanos. Educador Social e Cientista Social





É MUITO TRISTE, VÍSV!



É complicada a vida
Morreu uma pá de gente em
Paraisópolis
O bagulho tá sinistro
O Sistema quer acabar com nós
Do que é feito um humano?
Um mano?
É qualidade, é defeito, tem tudo no
mano
Complicado
O sonho é a cabeça da parada
Mão pra cima ladrão, tá sendo
abordado caraí
Não escutou não?

Um mano é feito de liberdade, de
morte, de abandono
Um mano é feito de solidão,
depressão, esculacho, preconceito
Um mano tem coração

Cala a boca caraí
Um mano é feito de muitos silêncios
E se pudesse falar?
Mas não pode.
E se pudesse, dizia o que?
Amor, eu tô em casa
Não tô mais nas mãos do sistema
Tô correndo, me dá um abraço
Tive um pensamento interrompido
Na fé dos teus braços lembrei
O sonho é a cabeça da parada.

Manual de Sobrevivência

Autores

Ailson Junior,
Gabriel Barros
e Aline Matheus.

REALIDADE CRUEL

Em uma sociedade que não valoriza e não escuta adolescentes, em que o consumismo faz com que os adolescentes sejam reconhecidos apenas pelas roupas, calçados e objetos que portam, não sobra espaço para que suas qualidades e seu caráter sejam valorizados. Os adolescentes não vivem no mundo que eles querem, e quando conseguem algo, o governo tira.

Sem poder conseguir comprar o que querem, ou realizar seus sonhos, e sem nem conseguir trabalho digno os adolescentes acabam por buscar no tráfico ou no roubo realizar seus desejos, e acabam se tornando o que não queriam. E ainda, diante de tanto sofrimento e dificuldades que os adolescentes encontram desde a sua infância, acabam por encontrar nas drogas um alívio que coloca eles ainda mais na necessidade de ganhar dinheiro.

Para diminuir o número de adolescentes que cometem ato infracional precisamos que todas as pessoas vivam em casas boas, tenham acesso a melhor alimentação, possam tirar um lazer e acessar a arte que gostam.

E quando os adolescentes cometerem algum ato infracional, precisam de espaço de conversa, de orientação, de atenção e cuidado, um espaço que ajude a correr atrás de seus objetivos. Não de mais violência.

Nessa sociedade desigual no trato das pessoas, a redução da maioria penal vai ter cor e CEP determinado e os adolescentes negros e ou periféricos que não forem mortos pela polícia serão presos.

O sistema carcerário não é solução, pois, além, de não evitar que as pessoas cometam crime, depois de passar por tanta violência, as pessoas só saem mais frias e violentas da cadeia.

A adolescência precisa de sonhos e oportunidades para realizá-los.

Autor: Gabriel Henrique das Neves - 18 anos
São Paulo (2019)

MAIORIDADE PENAL

JÁ FOI 9 E 14 ANTES DE CHEGAR AOS 18 ANOS

Entre os dias 1º e 2 de julho de 2015, o Brasil viu a Câmara dos Deputados rejeitar e aprovar em seguida a emenda 171 que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos no país. A proposta ainda precisa tramitar em 2º turno e ir ao Senado antes de virar realidade ou ser derrubada. Mas a alteração dos limites da maioria penal não é nova no Brasil. Desde o fim do século 19, o país teve, pelo menos, três mudanças oficiais da idade mínima penal.

A primeira delas surge do Primeiro Código Penal da República, que permite a responsabilização criminal de crianças entre 9 anos e 14 anos desde que passassem por uma avaliação psicológica para saber se “pensavam ou não” como adulto.

Em 1927, o 1º Código de Menores muda a idade

mínima para 18 anos, proíbe a “Roda dos Expostos” e cria a “escola de preservação para delinquentes” e a “escola de reforma para o abandonado”. Depois, em 1932, o governo provisório de Getúlio Vargas faz uma reforma geral no 1º Código Penal da República para afirmar que a maioria penal seria de 14 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado em 1990 e reforça que a responsabilidade de proteção integral das crianças e adolescentes até os 18 anos são responsabilidade da sociedade e do Estado.

Fonte:

<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-2174.html>





NÃO ADIANTA PASSAR PIANO x x x

CASOS EMBLEMÁTICOS

Os casos emblemáticos são em sua maioria de violências dirigidas ou legitimadas pela ação do estado, que chegaram para acolhimento para o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS) pelas próprias vítimas ou de denúncia de pessoas próximas ou familiares. Quando chegam ao espaço essas pessoas passam por um acolhimento que consiste inicialmente de uma escuta psicológica e social, com o intuito de fortalecimento da vítima para um possível processo de denúncia e encaminhamentos que se façam necessário, como por exemplo, para as parcerias vinculadas às políticas públicas. Cabe ressaltar que a pesar da denúncia ser algo importante para o rompimento desses ciclos de violência, o foco principal é o acolhimento humanizado desta vítima.

RELATO DO CASO

(Esta descrição buscou manter o formato e linguagem com a qual são feitos os registros dos casos e encaminhamentos para o/a leitor/a tenha acesso e possamos desmistificar o uso de linguagens mais técnicas, que muitas vezes afastam e nos privam de determinadas informações).

Em setembro de 2019 o adolescente W. de 16 anos chega em nossa entidade apresentando diversos ferimentos físicos e com um relato de violência policial. Diz que na noite anterior estava em companhia de um amigo, J. de 18 anos, ambos foram abordados pelo grupo de Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) da Polícia Militar de SP e durante a ação foram muito agredidos. Embora não houvesse indícios de nenhum comportamento ilícito, rompendo com qualquer protocolo que deveria ser seguido mesmo sobre a presença de algo ilícito, os jovens foram brutalmente agredidos e humilhados psicologicamente.

Algumas horas depois J. de 18 anos foi liberado, no entanto W passou mais de 4 horas sendo agredido, segundo o mesmo afirma, com facas, pedaços de pau, anéis e sobre xingamentos e ameaças de ser "forjado" com drogas. Fizemos a escuta do adolescente e sua família, realizamos a elaboração de um relatório, contatos com a ouvidoria e corregedoria da Polícia do Estado de São Paulo e acompanhamos o adolescente para denúncia formal e ao Instituto Médico Legal (IML) para corpo de delito. O adolescente foi acolhido por uma família estendida em outra região da cidade de São Paulo e o caso vem sendo acompanhado pelo setor jurídico do CDHS.

No acompanhamento junto ao Ecos & Reflexos se estabeleceu um fluxo que consiste em estudos caso e relatorias dos mesmos, visando analisar quais são os principais dificuldades em relação o processo de denúncias.

Autor: Equipe do CDHS (Centro dos Direitos Humanos de Sapopemba) e Equipe do Ecos & Reflexos América Latina / CEDECA – Sapopemba, SP, 2019

QUE O PAÍSO APOSTO
x x x



Arte: "Protetores do Estado combatendo o inimigo"
Artista: Gab Tavares



SÓ QUEM É

A História é escrita por pessoas revolucionárias que encampam suas batalhas de maneira cotidiana, muitas vezes sem pensar muito de maneira ideológica ou sistemática a relação entre as instituições, não que lhe falte intelecto para tal, mas sim porque, o que as movimenta é um senso de justiça e ciclos de gratidão. Enxergam que isso deveria ser natural e que qualquer revolução sem amor não tem sentido algum. Uma dessas pessoas revolucionárias é Natália Pereira Pimenta, mais conhecida como Dona Nazinha. Nascida em 09 de julho de 1950 na pequena cidade de Pedras de Maria da Cruz, distrito criado em 1911, em Minas Gerais, vizinho dos municípios de Januária, Ibiracatu e Cônego Marinho. Chegou em São Paulo em dezembro de 1976, no território do Parque Santa Madalena em Sapopemba, local bem diferente nas décadas passadas com suas ainda "bicas e áreas verdes, mas já repleto de faltas de saneamento e moradias precárias, que se acentuou com o aumento desenfreado das famílias. No território de Sapopemba constituiu uma família com 08 filh@s, 11 netos e 2 bisnetas. Trabalhou como doméstica, saía de madrugada em direção ao Centro para trazer o sustento para os seus.

Porém, sua família era muito mais do que cabia em sua casa, seu lar era um local de acolhida e de reflexões. Podemos dizer com a toda certeza que ali começava o Centro de Defesa dos direitos da criança e do adolescente - CEDECA Sapopemba. Infelizmente ela nos deixou em 2019, porém nos contagiou com sua humanidade e seu olhar sempre esperançoso e acolhedor.

TRECHO DA CARTA DE VALDENIA PAULINO À DONA NAZINHA

Renato e eu, estamos longe fisicamente, mas se vocês fecharem os olhos por um segundo, sentirão nosso abraço fraterno neste momento de agradecimento a Deus pela vida da nossa amada e querida Madrinha Nazinha e de solidariedade a cada uma a cada um de vocês pela dor da despedida. Despedida que também é passageira, pois, lá na frente também a reencontraremos,



*Vai em Paz
Madrinha! Nós
honraremos seu
nome, sua história
e a sua luta.*

Te amamos!





SE CUIDA, MORO ?

COVID-19: O QUE A QUEBRADA TEM A VER COM ISSO?

Quem tem andado pelas ruas e vielas da quebrada nos últimos meses vê as ruas cheias, não parece que estamos passando por uma pandemia. Muitos de nós nem sabia ao certo o que era uma pandemia, mas vale lembrar: é quando há um aumento inesperado de casos de uma doença que afeta países e continentes de forma muito rápida. Há muitos boatos que não nos ajudam a encarar essa situação e o nosso (des)governante, Jair Bolsonaro, também não contribui de maneira sincera, basta comparar seu discurso com o das demais lideranças políticas do mundo. Desde que se iniciou o processo de disseminação do COVID-19, o temor das autoridades era o momento em que ele começasse a se proliferar nos países mais pobres.

Diferente da China que conseguiu inaugurar um hospital de mil leitos em dez dias, os países do Sul Global e do Oriente não desfrutam das mesmas condições. Com isso, Bolsonaro lança o povo à própria sorte e coloca em curso um projeto genocida da população pobre.

Quando o COVID-19 chegou aos países latinos um novo temor apavorou as autoridades: e o momento em que o vírus chegasse às periferias das cidades. Além da falta de tecnologia para atender a população adoecida, há também a miséria e os índices alarmantes de subemprego e desemprego, má alimentação que diminui a imunidade da população, ausência de saneamento básico e água tratada em muitas regiões, e até mesmo a falta de recursos para comprar itens básicos de higiene para prevenção. Essa é a realidade de muitas famílias que vivem nas quebradas do Brasil, onde maior parte da população depende do SUS. No dia 14 de abril de 2020 já somávamos 25.262 casos confirmados e em 7 dias o número de mortes aumentou de 800 para 1532. Apenas no Estado de São Paulo no período foram contabilizados 9371 infectados e 695 mortos, nos tornamos o epicentro de propagação do vírus. Boa parte dos hospitais públicos chegaram ao pico de internações, como o Hospital das Clínicas que atingiu 77% dos leitos de UTI ocupados*.

Essa doença não nos tira apenas as pessoas idosas ou que fazem parte dos grupos de risco, tira também aquelas que não conseguem atendimento médico, nem sequer acesso ao teste, e por isso acabam falecendo com diagnóstico de insuficiência respiratória, ficando fora dos dados oficiais da pandemia. Ninguém quer nem gosta de ficar em casa, mas essa é a medida agora, especialmente para as crianças, geralmente assintomáticas aos efeitos do vírus

assintomáticas aos efeitos do vírus e que menos têm condições de se cuidarem, pois sempre levam a mão à boca e nariz, e tocam superfícies. É importante que as escolas estejam fechadas e que as crianças sejam cuidadas e mantidas em casa, pois elas também são transmissoras.

A prevenção nos é a forma mais eficiente de sobrevivência, pois somos os mais vulneráveis. Muitas pessoas com boas condições econômicas estão passando a pandemia isoladas em suas casas de campo com piscina. Nós não temos essa condição, e nunca tivemos nossa casa como um espaço de permanência, pois para muitos não é confortável ou seguro (nesses casos, procure alguém de confiança e passe a quarentena por lá), ou porque sempre nos foi um lugar de passagem para dormir.

Podemos achar que tudo é bobagem e colocar nossa vida e de outras pessoas em risco, seguindo os (des)conselhos de voltar à normalidade, ou pensar que isso não nos afetará porque não conhecemos ninguém infectado ou que morreu pela doença, mas também podemos perceber que é uma oportunidade para criar um espaço que gostemos em nossa casa. Olhar para as crianças e pensar em fazer algo com elas, uma brincadeira, um desenho; criar formas de interação com uma criança é algo que poucos adultos fazem. Talvez o mundo esteja sendo duro com a gente, mas também nos coloca para pensar na forma como nos relacionamos com ele, com os nossos pares, com a nossa casa e o mais importante, com nós mesmos.

*Até o fechamento desta edição os números de contaminados havia subido para para 1.715.503 casos e mais de 68 mil óbitos. Fonte: Monitora Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Autora: Lais Gomes Borges – Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo.





Arte: "todo mundo tem Direito à vida"
Artista: Aricolart - Ariane Oliveira

ፍጥነት ገጠሞች

AÇÃO PARA
VALORIZAÇÃO DA
PRODUÇÃO CULTURAL
PERIFÉRICA.



PERIFERIA
PRETA

COLETIVO PERIFERIA PRETA

**Território Cultural de Afrontamento
e Resistência na Quebrada.**

Endereço: Av. Sapopemba 11.426 - Jardim
Sapopemba. CEP 03988-000

Contato: periferiapreta@gmail.com
Instagram e Facebook: Periferia Preta



CEDECA
São Paulo



terre des hommes
Apoio à Infância

